

Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co – 1808-1831¹

Carlos Gabriel Guimarães

Possui graduação em História Econômica Geral e do Brasil pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador do CNPq.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a atuação da firma, inglesa e judia, Samuel & Phillips, depois Samuel Phillips & Co no Brasil, desde o período joanino até o ano de 1831, ano da abdicação de Dom Pedro I, no qual, a firma, tornou-se uma das procuradoras do mesmo no Brasil. Embora transações envolvendo o envio de moedas de ouro (que também eram mercadorias, além de meios de pagamento) e letras de câmbio nessa época constituíssem práticas bastante comuns, a História do Comércio, envolvendo a História da Marinha Mercante (e de Guerra) e o Sistema Atlântico, ainda é um campo da História Econômica Brasileira que precisa ser ampliado.

PALAVRAS-CHAVE: Samuel & Phillips, Império Luso-Brasileiro, História Econômica

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the actions of Jewish and British firm Samuel & Phillips, Samuel Phillips & Co then in Brazil since the Johannine period until the year 1831, the year of the abdication of Dom Pedro I, in which the firm became one of the attorneys of the same in Brazil. Although transactions involving the shipment of gold coins (which were also goods, as well as means of payment) and bills of exchange at the time is fairly common practice, the History of Commerce, involving history Mercantile Marine (and Navy) and the System Atlantic is still a field of economic history that needs to be expanded.

KEYWORDS: Samuel & Phillips, Luso-Brazilian Empire, Economic History

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a atuação da firma inglesa e judia Samuel & Phillips, depois Samuel Phillips & Co, no Brasil, desde o período joanino até o ano de 1831, ano da abdicação de Dom Pedro I, e no qual a firma tornou-se numa das procuradoras do mesmo no País. Organizada pelos primos Denis Moses Samuel e Alfred Phillips, o primeiro era filho do negociante inglês-judeu Moses Samuel, e irmão mais novo de Samuel Moses Samuel, sócio da firma londrina com negócios na África, Samuel Brothers African's

¹ É importante destacar o trabalho realizado nos arquivos pelo bolsista Alan Ribeiro dos Santos.

Merchant, e concunhado de Nathan Meyer Rothschild, criador do Banco Mercantil N. M. Rothschild & Sons, a firma Samuel & Phillips, depois Samuel Phillips & Co em 1818, teve negócios tanto no comércio de importação, como os de pólvora e armas para a Guerra da Cisplatina, quanto nas finanças, sendo credora do Erário Régio do Império Luso-brasileiro, e agente do Banco Mercantil inglês N. M. Rothschild & Sons no Brasil. Na década de 1830, com a abdicação de Dom Pedro I, a Samuel Phillips & Co se tornou na procuradora do ex-imperador no Brasil e, no final da referida década, financiadora do empréstimo de 1838. Porém, essa será outra história.

A PRESENÇA INGLESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Sobre a questão referente à predominância inglesa no Brasil e no mercado latino-americano, na primeira metade do século XIX, não há um consenso e há uma polarização entre os historiadores e cientistas sociais latino-americanos, norte-americanos e ingleses: os que enfatizam esta predominância versus os que relativizam tal dominação até 1850/60. No primeiro grupo, podemos citar, entre vários autores, Eugene Ridings e Eduardo Cavieres Figueroa. O primeiro autor, num artigo publicado no *Journal of Latin American Studies*, chamou atenção para o fato de que nos países latino-americanos a presença do comerciante estrangeiro no comércio exportador-importador significou não só a exclusão dos negociantes nacionais, como também afetou o desenvolvi-

mento econômico da região, em virtude da “pouca identificação do negociante estrangeiro com a Nação em que ele operava”.² Concordando com a visão de Ridings, Eduardo Cavieres Figueroa enfatiza que no caso da economia e comércio do Chile, os britânicos, desde os anos 1820, “tiveram uma significativa influência na modernização da economia chilena – influência que pronto foi convertendo-se em participação e controle efetivo de vários setores da vida econômica nacional”.³

Diferentemente de Ridings e Cavieres Figueroa, D. C. M. Platt destaca que, antes de 1860, a influência britânica não era significativa em virtude dos problemas internos da América Latina (guerra civil entre outros) e, principalmente, em face das limitações dos mercados desta região. Segundo D. C. M. Platt,

Whatever the local circumstances in Latin American – the ravages of civil war, depopulation, the flight of capital, the abandonment and flooding of the mines – further progress in international trade was limited above all by nature of the consumer and of his needs. Wealth was concentrated in the hands of the few.⁴

Concordando com a visão de D. C. M. Platt, pois foi orientando do mesmo, Robert Greenhill enfatiza as limitações do mercado latino-americano nas primeiras décadas do século XIX para a atuação das firmas inglesas. Embora destaque que a independência dos países latino-americanos ampliou seu mercado, abolindo as restrições coloniais, para Robert Greenhill,

² RIDINGS, Eugene. Foreign Predominance among Overseas Traders in Nineteenth Century Latin America. In: *Latin American Research Review*, vol. 20, nº 2, 1985, p. 4. Num trabalho posterior, Eugene Ridings reforçava a sua análise a partir da organização e defesa dos interesses dos negociantes enquanto participantes de uma corporação, o Corpo do Comércio, daí o conceito de classe corporativa do autor. Theo Lobarinhas Piñeiro tem outra leitura e defende a ideia de que os negociantes tiveram um projeto político e analisa o Corpo do Comércio como uma associação de classe (no sentido marxista). Ver: RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários: negócios e política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF/PPGH, 2002.

³ CAVIERES FIGUEROA, Eduardo. *Comercio chileno Y comerciantes ingleses, 1820-1880: um ciclo de historia economica*. Valparaiso: Instituto de Historia/Universidad Catolica de Valparaiso, 1988, p. 13.

⁴ PLATT, D. C. M. *Latin America and business trade, 1806-1914*. London: A. & C. Limited, 1972, p. 7. Para além das divergências, é importante destacar que este trabalho constituiu-se num dos primeiros trabalhos de referência acerca do comércio inglês na América Latina. Foi muito citado no texto de Olga Pantaleão e outros autores.

Latin American at the beginning of the nineteenth century was not in fact a merchant's paradise; it offered simply a temporary solution to the short-term problem of restricted European Markets. (...) The market in Latin America was still disappointingly narrow. The small, scattered population, whose purchasing power was low and whose economic growth was limited, lived at subsistence level, and supplied its own needs, Independence did not accelerate population increase, redistribute income, or raise demand.⁵

O artigo de Eugene Ridings sofreu pesadas críticas do referido D. C. M. Platt e do historiador mexicano Carlos Marichall. Questionando as argumentações de Eugene Ridings sobre a predominância britânica desde o início, D. C. M. Platt chamou a atenção para a sua conclusão generalizada, fazendo as seguintes perguntas:

Quando, onde e como surgiu um comércio ultramarítimo latino-americano? Quanto foi importante a escala da pequena e limitada economia local? Ainda que o comércio ultramarítimo estava nas mãos estrangeiras, como foi que se converteu na atividade econômica urbana mais importante no século XIX? Dentre as atividades econômicas urbanas, foi o comércio internacional tão central para toda a economia?⁶

A questão envolvendo as transações dos negociantes ingleses foi ampliada, quando os historiadores passaram a

analisar a interação entre a firma e o mercado de atuação. Através do estudo das mudanças institucionais e da sua relação com a forma de organização, de atuação e os negócios desenvolvidos (as estratégias) pela firma, historiadores vêm questionando uma visão generalista sobre as firmas comerciais inglesas, concordando com a visão de D. C. M. Platt. Charles Jones, analisando o caso argentino, que denominou essas firmas de *empresas comerciais*, ou seja, uma *empresa comercial descentralizada e não subordinada administrativa e financeiramente à City inglesa (Londres)*. Para Charles Jones, a empresa inglesa da época era uma típica empresa de uma *“burguesia comercial cosmopolita”*.⁷

Outro historiador que discorda da visão generalista é Stanley D. Chapman. Para este autor, se no século XVIII os negociantes ingleses tinham uma diversidade de negócios, no século XIX, principalmente após as guerras napoleônicas e, com a expansão da Revolução Industrial,

emerged a new generation of specialist, commission agents residents in foreign commercial centres (but usually having a partner or agent in Britain) and a handful of wealthy mercants who had graduated to pure finance and provided credits for manufacturers to send their goods to agents abroad.⁸

Outros autores, como Giovanni Arrighi, Keneth Barr e Shuji Hisaeda, influenciados pelo trabalho de Fernand Braudel, atrelam a atuação e a organização das firmas inglesas ao modelo organizacional do capitalismo inglês do período, ou seja, do capitalismo

⁵ GREENHILL, Robert. Merchants and the Latin American Trades: an Introduction. In: PLATT, D. C. M. (ed.). *Business Imperialism, 1840-1930. An Inquiry based on British Experience in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 1977, p. 4.

⁶ PLATT, D. C. M. Wicked Foreign Merchants and Macho Entrepreneurs: Shall we grow up now? *Latin American Research Review*, Vol. 21, nº 3 (1986), p. 152; MAICHAL, Carlos. Foreign predominance among overseas traders in nineteenth-century Latin America: a comment. *Latin American Research Review*, Vol. 21, nº 3 (1986), pp. 145-150. A réplica de Ridings está na mesma revista. Conferir RIDINGS, Eugene. Reply. *Latin American Research Review*, Vol. 21, nº 3 (1986), p. 154-156.

⁷ JONES, Charles A. *International business in the nineteenth century: the rise and fall of a cosmopolitan bourgeoisie*. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1987.

⁸ CHAPMAN, Stanley. *Merchant Enterprise in Britain. From the Industrial Revolution to World War I*. Cambridge: Cambridge Un.Press, 1993. (cap.3 “Merchants in the Atlantic Trade”). p. 69.

mercantil, denominado-as de *sistema de empresas comerciais familiares*.⁹

Outra leitura que enfatizou na atividade comercial para a compreensão do expansionismo inglês foi a de J. P. Cain e G. A. Hopkins. Para estes autores, a firma comercial inglesa, principalmente ligada ao setor de serviços,¹⁰ era a empresa inglesa que se expandiu no período e constituiu-se num *locus* de investimento por parte dos “*gentlemanly capitalism*”, capitalistas fidalgos¹¹. No entendimento de Cain e Hopkins, esses capitalistas se constituíram numa “nova aristocracia, resultante da fusão entre seu legado pré-capitalista (conduta nobiliárquica e círculos de amizade) e os rendimentos provenientes do mercado, inicialmente por meio da agricultura comercial e depois pelo florescimento dos serviços financeiros da *City* e também no sul da Inglaterra”.¹² Em outras palavras, um capitalismo situado num momento histórico da “predominância política dos mercadores e da aristocracia inglesa no Governo do Estado britânico do período”.¹³

A predominância das famílias nos negócios de comércio vem sendo objeto de estudos recentes por historiadores e outros cientistas sociais. Autores, como Marc Casson, Mary B. Rose, S. D. Smith e outros, vêm destacando a importância

das firmas familiares nos vários setores da economia, seja nos momentos históricos do *Gentlemanly Capitalism*, seja no capitalismo industrial,¹⁴ repensando a importância da família nos custos de transação e informação dos negócios.¹⁵ Os laços familiares e a confiança entre os membros de uma sociedade comercial eram fundamentais para as incertezas e os riscos do mercado.¹⁶

A historiografia brasileira sobre a presença inglesa no Brasil do século XIX tem enfatizado na associação dessa presença com a modernização, ou seja, com o capitalismo moderno, e o controle do comércio exportador e importador brasileiro pelos ingleses em detrimento da forma arcaica dos negociantes portugueses e da sociedade escravista brasileira. Embora seu trabalho seja pioneiro e original no tocante às fontes trabalhadas, nos anúncios dos comerciantes ingleses no *Jornal do Commercio*, Gilberto Freyre reforçou a dicotomia entre o negociante inglês moderno e o português arcaico, indo de encontro ao trabalho da preeminência inglesa no Brasil de Alan K. Manchester.¹⁷

Outro trabalho que enfatizou a presença inglesa foi o de Olga Pantaleão. Com pouca documentação primária, baseando-se principalmente no relato do negociante e viajante inglês John Luccock, que esteve

no Rio de Janeiro no período 1808-1818¹⁸, e no trabalho de D. C. M. Platt, Olga Pantaleão destacou que com toda limitação do mercado, no século XIX, a penetração inglesa no comércio brasileiro foi de forma intensa e especializada, o que fica bastante evidente na pressão dos ingleses com um novo tratado de comércio, como ocorreu em 1810, dois anos após a chegada da Corte no Brasil, como também da renovação em 1827. Segundo a autora, em 1810, havia cem firmas inglesas somente no Rio de Janeiro, compostas tanto por aventureiros, como também de filiais de firmas tradicionais inglesas, tais como a Robert Kirwan & Cia, Valentin Chaplin & Cia e muitas outras.¹⁹

Riva Gorestein, embora tendo como problemática a interiorização dos interesses mercantis portugueses e a construção do Estado Imperial, tese esta defendida por Maria Odila Dias Silva²⁰, ao tratar da presença inglesa, corrobora com a tese do impacto provocado no mercado da cidade do Rio de Janeiro com os “modernos” ingleses, forçando a modificação dos negócios e das atividades dos negociantes portugueses e nacionais.²¹ Nessa mesma linha de análise, porém associando esse processo interno de interiorização com uma leitura estrutural oriunda de Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Antonio Novais, que associam a presença inglesa no Brasil do século XIX com um novo sistema econômico, o capitalismo industrial, temos a análise de Ilmar de Mattos. Na visão

deste autor, a consolidação do projeto de Estado Imperial brasileiro, sob hegemonia conservadora, ou melhor, saquarema, estava relacionado com a forma da sua inserção no novo sistema econômico e político internacional. Em outras palavras, o império escravista brasileiro do século XIX só foi possível em face do consenso de um projeto político interno sob hegemonia saquarema, que possibilitou a pacificação política no interior da classe dominante senhorial, como também na inserção como uma economia exportadora primária num capitalismo industrial sob hegemonia britânica.²² Ainda com relação à modernização dos ingleses, temos o trabalho do historiador norte-americano Richard Graham, que defende a referida tese, principalmente para o período pós-1850, com as ferrovias e bancos ingleses no Brasil.²³

Recentemente, novos trabalhos ampliaram os estudos sobre a forma de atuação e inserção dos ingleses no Brasil. Através da interdisciplinaridade da História com outras ciências sociais, como a Antropologia, Louise Guenther procurou analisar a identidade, a cultura e os negócios desenvolvidos pelos ingleses na Bahia da primeira metade do século XIX. Embora a inserção dos ingleses tenha sido bastante conflituosa em face das diferenças culturais, sua atuação comercial foi crescente no comércio exportador baiano, tendo como principal produto o açúcar, e também no comércio importador, como no financiamento junto aos comerciantes de escravos.²⁴

⁹ ARRIGHI, Giovanni; BARR, Kenneth; e HISAEDA, Shuji. A transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, Giovanni e Silver, Beverly J. (org.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001, p. 107-159.

¹⁰ A respeito desta questão cf. ROSSINI, Gabriel e NOSAKI, William. O imperialismo de livre-comércio britânico: considerações teóricas e históricas. *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia-ANPEC 2008*. www.sep.org.br/artigo/1499.doc?PHPSESSID [acesso em 4/2/2011].

¹¹ CAIN, J.P. and HOPKINS, A.G. *Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. the Old Colonial System, 1688-1850*. *The Economic History Review*, 2nd ser. XXXIX, 4 (1986), p. 501-525.

¹² ROSSINI e NOSAKI, op. cit., p. 20.

¹³ A respeito da política econômica inglesa e a controvérsia sobre quem a dirigia conferir o trabalho de WEBSTER, Anthony. *The London East India Agency Houses, Industrialization and the rise of free trade: adaptation, survival and demise c 1800-1850*. Business History Conference, Minneapolis, MN, May 19-21, 2005.

¹⁴ No sentido marxista, seriam as etapas da Acumulação Primitiva de Capital-Antigo Sistema Colonial e no Capitalismo-Sistema Industrial.

¹⁵ COLLI, Andrea; ROSE, Mary B.; and PÉREZ, Paloma Fernandez. National determinants of Family Firm development? Family firms in Britain, Spain and Italy in the 19th and 20th centuries. *Enterprise and Society*, 4.1 (2003), 28-64. COLLI, Andrea and ROSE, Mary B. Family firms and comparative perspective. JONES, Geoffrey and AMATORI, Franco (ed). *Business History around the world*. Cambridge: Cambridge Un Press, 2003, p. 339-352. SMITH, S. D. *Slavery, Family and Gentry Capitalism in the British Atlantic: the world of the Lasceles, 1648-1834*. Cambridge: Cambridge Un Press, 2006.

¹⁶ ESTA NOTA NÃO FOI REDIGIDA PELO AUTOR, conforme cópia do trabalho publicada em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1272637044_ARQUIVO_TextoANPUHRJ.pdf

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2000 (1ª ed. é de 1948); MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973 (1ª ed. é de 1933).

¹⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. A respeito da trajetória do mercador inglês e suas atividades no Brasil verificar HEATON, Herbert. *A Merchant adventurer in Brazil, 1808 1816*. *The Journal of Economic History*, Vol. 6, nº. 1 (May, 1946), p. 1-23.

¹⁹ PANTALEÃO, op. cit., p. 73. D. C. M. Platt estimou mais de 60 firmas comerciais inglesas em 1820. Cf. PLATT, op. cit., p. 42.

²⁰ DIAS, Maria Odila da Silva. *A Interiorização da metrópole (1808-1822)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. 2ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

²¹ GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Meneses. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Mun. de Cultura do RJ, 1993 (Coleção Biblioteca Carioca vol.24). A orientação da dissertação de mestrado da Riva Gorestein coube a Maria Odila da Silva Dias.

²² MATTOS, Ilmar Rollof. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1986. (particularmente no capítulo A recunhagem da moeda colonial). No dizer de João Manuel Cardoso de Mello, com a produção e exportação de café pós-1820-30, baseada no trabalho escravo, o Brasil se inseriu na economia internacional do século XIX como uma economia nacional, mercantil e escravista. Ver: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

²³ GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁴ GUENTHER, Louise H. *British merchants in 19th century Brazil: business, culture and identity in Bahia, 1808-1850*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004.

Portanto, ao estudar as “*American Houses*”²⁵, como as firmas inglesas ficaram conhecidas, que controlaram o comércio de exportação e importação das *commodities* no decorrer do século XIX, como foi o caso do café e do açúcar brasileiro²⁶, concordamos com Eduardo Cavieres Figueroa quando destacou a importância de se estudar integradamente os setores da economia, no caso o comércio e seus agentes, nacionais e estrangeiros, com o Estado (a política). Somente desta maneira poderemos analisar as estratégias políticas e econômicas dos negociantes ingleses e a reação dos negociantes nacionais, que reforçaram suas posições em outras atividades como, por exemplo, monopolizando o comércio da cabotagem costeira, da corretagem e do comércio negreiro.²⁷ Nesse último, com toda a proibição do comércio pós-1831, a presença inglesa foi muito importante para o financiamento dessa atividade comercial.²⁸

Em face do dito acima, algumas questões se apresentam: A Samuel Phillips & Co constituiu-se num novo tipo de firma inglesa? A forma de atuação da firma dependeu do mercado marcado por relações escravistas? Que tipo de negócios a firma desenvolveu no Brasil?

A ORGANIZAÇÃO DA FIRMA INGLESA SAMUEL PHILLIPS & CO E SEUS NEGÓCIOS NO BRASIL NO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

Com a Abertura dos Portos, em 1808, e a liberdade de religião já garantida, chegaram também os primeiros judeus ao Brasil, tais como ingleses e, após, pessoas de outras nacionalidades, incluindo franceses, depois da derrota de Napoleão. Interessante é mencionar que uma das firmas inglesas, Samuel & Phillips, alugou, em dezembro de 1808, uma casa no Rio de Janeiro. Os nomes dos sócios foram citados como D. M. Samuel – este agraciado mais tarde com a Ordem da Rosa pelos relevantes serviços prestados ao Governo brasileiro – e Mr. Phillips, este sem primeiro nome.²⁹

Uma das maiores especialistas sobre a presença dos judeus no Brasil, a historiadora Frida Wolff, ao tratar da presença da firma inglesa e judia Samuel Phillips & Co, destaca que essa estava no Rio de Janeiro desde 1808, com a chegada da Corte, e tinha como sócios D. M. Samuel e Phillips. No entanto surge uma questão: quem eram D. M. Samuel e Phillips?

²⁵ CHAPMAN, op. cit., cap.3 (*Merchants in the Atlantic Trade*).

²⁶ Assim como ocorreu no Brasil, no México, na Argentina e no Chile, as firmas inglesas concentraram-se no comércio exportador-importador. Cf. GREENHILL, Robert. *The Brazilian Coffee Trade*. In: PLATT, op. cit., p. 230; HEATH, Hilarie J. *British Merchant Houses in Mexico, 1821-1860: conforming business practices and ethics*. *Hispanic American Historical Review*, 73:2 (1993), 261-290; LEWIS, Colin M. *British business in Argentina*. London: LSE, 1995. (*Working Paper in Economic History*, nº 26/1995); FIGUEROA, op. cit.

²⁷ A respeito do poder econômico e político dos negociantes portugueses, além dos já citados, verificar os trabalhos de: LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; GORESTEIN, Riva, op. cit; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A Astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820/1824*. 1ª. ed. Bragança Paulista: Ícone/ Universidade São Francisco, 1999; MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

²⁸ Além dos trabalhos de Robert Conrad e de Leslie Bethel, destacamos, também, o do Professor Luis Henrique Dias Tavares, e mais recentemente os de Marika Sherrwood. Cf.; BETHEL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. 2ª ed. Tradução de Luiz A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002; CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1983; TAVARES, Luis Henrique Dias. *O comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988, SHERRWOOD, Marika. *Britains, the slave trade and slavery, 1807-1843. Race & Class*, 2004, vol. 46 (2): 54-77. Downloaded from <http://rac.sagepub.com> at CAPES on January 12, 2010, SHERRWOOD, Marika. *British Illegal Slave Trade, 1807-1830. Journal of Eighteenth-Century Studies*, vol. 31, nº 2 (2008), 295-305.

²⁹ WOLFF, Frieda. *Cooperação judaica na formação do Brasil*. Revista Magis. Cadernos de Fé e Cultura. Judeus e cristãos em diálogos. nº 33, ano 2000, p. 3.

A resposta veio com um trabalho de Roderick Barman publicado no *The Rothschild Archive Trust*.³⁰ D. M. Samuel era Denis (David) Moses Samuel, e Phillips era Alfred (Abraham) Phillips. O primeiro era filho de Moshe ben Zavil Pulvermacher, mais conhecido como Moses Samuel, que fez fortuna no comércio quando migrou da Polônia para a Inglaterra (chegou no início da década de 1760), e foi uma das lideranças da grande sinagoga de Londres, sendo escolhido Parnas (Warden) no ano de 1795.³¹

Moses Samuel casou com Ester Phillips e tiveram dez filhos.³² O mais velho foi Samuel Moses Samuel, e assim como o pai e seus quatro irmãos, era negociante.³³ Samuel Moses Samuel foi casado com Esther Cohen, cuja irmãs, Hannah e Judith casaram-se com Nathan Mayer Rothschild e Moses Montefiore. Esther, Hannah e Judith eram filhas do banqueiro holandês, naturalizado inglês, Levi Barent Cohen.³⁴ Portanto, Samuel Moses Samuel era concunhado do futuro Barão Nathan Meyer Rothschild, o mais poderoso banqueiro mercantil do século XIX, que se constitui no principal credor do Império brasileiro do século XIX, e as famílias Cohen, Salomon, Samuel, Montefiore, Goldsmid e Rothschild constituíram-se nas principais famílias da elite judia Ashkenazi na Inglaterra.

Quando Moses Samuel retirou-se dos negócios em 1805, seus filhos continuaram com a firma Samuel Brothers, African Merchants, localizada em 1 Hammet Street,

em Minories, Tower Hill. O filho mais velho, Samuel Moses Samuel, também tinha seus próprios negócios.³⁵ Um desses negócios foi o comércio de escravos da África Ocidental para as Índias Ocidentais inglesa. Analisando os dados retirados do site The Trans-Atlantic Slave Trade database³⁶, de 1795 até 1804, foram 13 viagens de navios pertencentes a Samuel Moses Samuel ligando a África Ocidental (Costa do Ouro, Baía do Benin e Golfo da Guiné) à região do Caribe (Jamaica, Barbados, São Vicente, São Domingos) e Guiana Inglesa e Holandesa.³⁷

O bloqueio de Napoleão Bonaparte na Europa e a saída da Corte portuguesa em direção ao Brasil fizeram com que Denis (David) Moses Samuel e Alfred (Abraham) Phillips viessem para o Brasil. Segundo Barman, a firma dos irmãos Samuel na Inglaterra já realizava comércio com Portugal e suas colônias, importando vinhos do Porto e outros produtos, o que demonstrava que a criação da Samuel & Phillips no Rio de Janeiro não foi uma aventura.³⁸

Embora historiadores como Barman e Wolf afirmam que a Samuel & Phillips foi criada em 1808, ainda não encontrei documentos que comprovem tal afirmação. No tocante à localização da firma no Rio de Janeiro, nos “*Almanachs do Rio de Janeiro anos de 1816 e 1817, Negociantes Inglezes Residentes nesta Côrte*” aparecem a Samuel & Phillips na Rua da Direita nº 42.

Em 1812, um terceiro irmão, James Samuel, foi para o Rio de Janeiro trabalhar na

³⁰ BARMAN, Roderick J. *Nathan Mayer Rothschild and Brazil: the role of Samuel Phillips & Co. The Rothschild Archive Trust*. www.rothschildarchive.org/ib/articles/AR2003.pdf [acesso em 4/2/2011].

³¹ Idem, p. 38-39. Parnas é um título dado aos líderes leigos das comunidades e congregações desde o início dos tempos rabínicos.

³² Alfred Phillips era sobrinho de Esther Phillips, e primo de Denis Samuel.

³³ Idem, p. 38.

³⁴ <http://www.jewishencyclopedia.com/view.jsp?artid=615&letter=C> [acesso em 4/2/2011]. A respeito da importância de Levi Barent Cohen na carreira de Nathan Meyer Rothschild e na migração e fortalecimento da comunidade Ashkenazi na Inglaterra no século XVIII, cf. HYAMSON, Albert M. *A history of Jews in England*. 2ª ed. Revised and extended. London: Methuen & Co. Ltd. 1928. (Chapter XXIX, The Ashkenazin Again, 1765-1797); BEERBÜHL, Margrit Schulte. *Crossing the channel: Nathan Mayer Rothschild and his trade with the Continent during the early years of the blockades (1803-1808)*. <http://www.rothschildarchive.org/ib/articles/AR2008Blockade.pdf> [acesso em 4/2/2011]; FERGUNSON, Neil. *The House of Rothschild. Money' Prophets 1798-1848*. New York: Penguin Books, 1999.

³⁵ Roderick Barman chama atenção que em 1805, no London Post Office Directory, constava a firma Moses Samuel & Sons, na 1 Hammet Street. Acreditamos que a firma Samuel Brothers substituiu a Moses Samuel. BARMAN, op. cit., p. 38.

³⁶ <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces> [acesso em 4/2/2011].

³⁷ The Trans-Atlantic Slave Trade database. <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>. [acesso em 4/2/2011].

³⁸ BARMAN, op. cit., p. 38.

Samuel & Phillips, e os laços estreitavam-se com Rothschild. Em outubro de 1812, a firma Samuel & Phillips comprou 133 “ports”, moedas de ouro, no valor de £303, e despachou para Londres em uma vasilha de estanho por “Acct and Risk of Mr. N M Rothschild”.³⁹

As operações envolvendo remessas de moedas de ouro para N. M. Rothschild & Sons foram uma constante no período, e

as contrapartidas eram feitas através do envio de letras de câmbio por parte de N. M. Rothschild para serem sacadas por negociantes ingleses e portugueses no Rio de Janeiro. Numa fatura enviada por Samuel & Phillips no Pacote *Diana* em 1815 e letras sacadas (abaixo), se vê claramente como eram feitas as transações entre as partes.⁴⁰



FONTE: Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A, XI/38/215a/009p001



FONTE: Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A, XI/38/215a/015p001

Nas leituras das correspondências trocadas entre Samuel & Phillips e Rothschild, concordamos com Roderick Barman quando afirma que a figura central da firma no Brasil era Denis Samuel. Segundo Barman, ele cultivou importantes relações com membros do governo, e numa carta para Rothschild, em fevereiro de 1816, Denis Samuel comenta: “Our Govt business which in great measure is our hands”.⁴¹

Em 1818, com a chegada de James (Diogo) Samuel, irmão de Alfred, e sendo admitido como sócio da firma, a mesma mudou de nome, passando a se chamar de Samuel Phillips & Co, conforme anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Fazem sciente Samuel & Phillips, rua da Direita, nº 42, que do primeiro do presente mês, 1/6/1818, em diante fico firmando Samuel Phillips & Co. por terem interessado seu irmão Diogo Samuel, residente nesta Corte.⁴²

No mesmo ano de 1818, Alfred Phillips retornou para Londres e se casou com a prima Rebecca, irmã de Denis e James Samuel, “uma das filhas de Moses Samuel”.⁴³ Foi neste momento que, em Londres, foi criada uma nova firma Samuel & Phillips, localizada em 8 South Street, Finsbury. Portanto, os sócios no Brasil eram sócios na firma inglesa e um ponto chamou atenção: o irmão mais velho, e mais conhecido na praça de Londres, Samuel Moses Samuel, não era sócio nas firmas Samuel & Phillips e Samuel Phillips and Co. Segundo Barman, os irmãos mantiveram contatos comerciais tanto com Samuel Moses Samuel quanto com a firma Samuel Brothers.⁴⁴ Um dado interessante foi que a firma Samuel & Phillips de Londres apareceu

como uma das subscritoras da publicação do livro de James Hendersen, um dos viajantes ingleses pela América do Sul.⁴⁵

Além dos negócios envolvendo compra de moedas de ouro e de saques de letras de câmbio, no período 1817 a 1820, a firma Samuel Phillips & Co fez 14 carregações, importando de Londres, Portsmouth e Liverpool, produtos como fazendas secas (tecidos e fios), munições, pólvoras e balas. Esses últimos produtos, vindos principalmente de Londres, se destacaram e, no nosso entendimento, estava relacionado com os conflitos no Sul do Brasil.⁴⁶

Outro importante negócio, em que Nathan Rothschild não participou, em face dos riscos de não pagamento dos empréstimos devido à crise política iniciada em 1820 com as Cortes de Lisboa, foi o crédito concedido ao Erário Régio do Governo do Estado do Brasil. No ano de 1821, a firma Samuel Phillips, assim como as firmas inglesas May & Lukin, Guilhmer Young, Dison & irmãos e Finnie, e, também, negociantes e firmas portuguesas como a Joaquim Pereira de Almeida & Co. e Amaro Velho da Silva, apareceram como credores do Erário Régio.⁴⁷

A participação da Samuel Phillips & Co em socorrer as finanças do Estado do Brasil, independente de Portugal pós 7 de setembro de 1822, reforçou mais ainda os laços da firma inglesa com Dom Pedro I e com o governo. Numa carta para Rothschild em 1824, a firma Samuel Phillips & Co, ao tratar da chegada no Rio de Janeiro de Woodbine Parish, primeiro “embaixador” inglês na Argentina, dizia o seguinte: “Mr Parrish handed us also kind introductions and we tendered him our services and table with invitation to meet the minister of state with some of four particular friends (destaque nosso)”.⁴⁸

⁴¹ BARMAN, op. Cit., p. 39.

⁴² Avisos, p. 4. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13/6/1818. Barman destaca que o nome verdadeiro do sócio era James Samuel. BARMAN, op. cit., p. 40. Harry Bernteisn também confirma o nome de James (Diogo). Em várias obras aparece o nome de Diogo.

⁴³ BARMAN, op. cit., p. 40.

⁴⁴ Idem, p. 40

⁴⁵ HENDERSEN, James. *A history of the Brazil comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821.

⁴⁶ Notícias Marítimas. Entradas. *Gazeta do Rio de Janeiro*. 1817, 1818, 1819 e 1820.

⁴⁷ Balanço da Receita e Despesa do Thesouro Publico do Rio de Janeiro em todo o mez de Junho de 1821. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 68, 7/8/1821, pp. 6-8; Balanço da Receita e Despesa do Thesouro Publico do Rio de Janeiro em todo o mez de Novembro de 1821. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17/1/1822, p. 2-4.

⁴⁸ BARMAN, op. cit., p. 40.

³⁹ Idem, p. 39.

⁴⁰ Invoice The Rothschild Archive. XI/38/215 Box A, Samuel Phillips & Co.

A SAMUEL PHILLIPS & CO E SEUS NEGÓCIOS NO 1º REINADO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO – 1822-1831

Proclamada a Independência⁴⁹, uma situação pendente desde o período anterior se agravava: o financiamento do Estado em virtude dos déficits orçamentários e dos problemas relativos ao Banco do Brasil.⁵⁰ Embora seja um tema pouco trabalhado pelos historiadores, existe uma bibliografia sobre os problemas dos déficits do orçamento e as dívidas interna e externa na formação do Estado Imperial brasileiro, e não cabe aqui discuti-la⁵¹. O mais importante foi a participação da firma Samuel Phillips & Co nos empréstimos concedidos pelo Banco N. M. Rothschild ao Estado Imperial em janeiro de 1825, já que o banco não participou diretamente do primeiro empréstimo em agosto de

1824, que coube às firmas inglesas Bazeth, Farquhar, Crawford & Co e Fletcher, Alexander & Co e Thomaz Wilson & Co (Tabela 1).

É importante chamar atenção de que no primeiro empréstimo brasileiro de 1824, cujo valor era de £2.500.000 a 6% (juros), existiu uma dívida na City de Londres e, principalmente, na Bolsa de Valores, em face dos “rumores de uma tentativa conjunta portuguesa e francesa de subjugar a nova nação novamente à autoridade europeia”.⁵² Devido a isto, o valor levantado foi de “£1 milhão, com juros de 5%, e não 6%, e estava assegurado pela receita alfandegária”.⁵³ Essa apreensão com Portugal, e seus desdobramentos no Brasil, estava presente numa carta enviada pela Samuel Phillips & Co, em 17 de julho de 1824, para N. M. Rothschild, em que dizia: “all is quite here of the apprehensions in fact... the dangers of the Lisbon expedition...”⁵⁴

TABELA 1: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS PELO BRASIL, 1824-1839

Ano	Valor em £	Tipo%	Juros %	Prazo (anos)	Finalidades principais do empréstimo
1824	3.686.200	75 e 85	5	30	Financiamento de missões diplomáticas; “resgate” da independência
1825	1.400.000	100	5	30	Empréstimo português de 1823, segundo a Convenção de 25/8/1825
1829	769.200	52	5	30	Cobertura de déficits do Tesouro, pagamento de juros e amortização do empréstimo

FONTE: ALMEIDA, op. cit, p. 196

⁴⁹ A respeito da Independência e seus desdobramentos na formação do Estado Imperial brasileiro, existem diferentes interpretações. Conferir: COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19ª ed. São Paulo, Bertrand, 1990; DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986; BARMAN, Roderick J. *Brazil, The Forging the Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford Un. Press, 1988; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, HUCITEC, 1987; CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem e Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro, EDUFRRJ/Relume Dumará, 1996. SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998, pp. 367-394. JANNCSÓ, Istvan (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

⁵⁰ A respeito do Banco do Brasil conferir FRANCO, Afonso Arinos de. *História do Banco do Brasil (primeira fase: 1808-1835)*. 1ª volume. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1973.

⁵¹ Conferir: CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Introdução de Washington Luis Neto. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 2 vols; NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; DINIZ, Adalton Francioso. Centralização Política e concentração de Riqueza: as finanças do Império brasileiro no período de 1830-1889. *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, v. 1, nº 1, (2005), 47-66.

⁵² DAWSON, Frank Griffith. *A Primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25*. Tradução de Irene Hirsch. São Paulo: editora 34, 1998, p.112.

⁵³ Idem, p. 112.

⁵⁴ Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A. XI/38/215a/119002. O texto está de difícil compreensão (Barman destaca a falta de cultura letrada desses negociantes).

A questão envolvendo a não participação direta dos Rothschild, e sim de agentes de câmbio e comerciantes como os citados acima, não significou para Frank Griffith Dawson um afastamento. Segundo o autor, tudo leva a crer que os Rothschild “devem ter patrocinado discretamente pequenos contratantes para testar o apetite do mercado por novos papéis”.⁵⁵ Corroborando com a leitura de Dawson, numa carta para N. M. Rothschild, de 18/11/1824, a firma Samuel Phillips & Co, além de enviar araras (desejo de N. M. Rothchild), destacava a dificuldade do primeiro empréstimo:

Dear Sir.

The retrun of Mr, Cattie ? Curty allows me pleasure to comply with your wish for Birds of this Country – three of which called Arraras. Captain? will be the bearer of? may safely and that they may be acceptable to Mr. Rothschild.

The Loan having been made for One million at 75 p. Cent (tipo %) and having bee at a discount of 3 pCt (%) is uch liked here, the contractors taking the option within 4 months to take million more 83 & four months after that period the remaining Million 87 but as its most likely they will not fulfil the first part of this agreement it tbecomes annulled & (and) in that event perhaps you may be induced to arranged with Brant & Gameiro to retrieve their credit and that of their Government by contracting for the remainder.⁵⁶

Mesmo com os empréstimos de 1824, a situação financeira do Império se complicou em 1825 com o tratado celebrado entre

Portugal e Brasil, e “que o Governo imperial assumiu a responsabilidade pelo empréstimo de £1.400.000 contraído por Portugal em Londres, em outubro de 1823, devendo ainda pagar mais uma quantia de £600.000, em espécie, ao soberano português”. Um novo empréstimo em 1825 se fez necessário.⁵⁷

Em 1825, ocorreu uma reorganização na firma. Denis Moses Samuel retornou para a Inglaterra e, em Londres, assumiu a direção da Samuel & Phillips. Segundo Barman, para assessorar Joshua Samuel e seu irmão James (Diogo) Samuel, veio para o Brasil John Samuel, filho de Phineas Moses Samuel, outro irmão Samuel.⁵⁸

Além de agente financeiro e informante de Rothschild no Brasil, a firma Samuel Phillips continuou exercendo atividade comercial. Em 1826, por exemplo, apareceu o seguinte anúncio:

28/07/1826

Entrarão hontem o Bergantim Inglez David Riehard [deve ser 'Richard'], de Londres em 61 dias (a);

...

Alviçareiro-Mór
Partes dadas no dia 27
(a) amarras, cobre em barris, e folhas, a Samuel Philipe...⁵⁹

Em outro anúncio, no mesmo ano de 1826, a firma fez leilão de armas avariadas devido à entrada de água no porão do bergantim que as conduzia. Dizia o anúncio:

Leilões

25. Leilão que fazem Samuel Phillipe & Comp., Terça feira 5 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na porta da Alfândega,

⁵⁵ Idem, p. 113.

⁵⁶ Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A. XI/38/215a/127001. BARMAN, op. cit, p. 41. Brant e Gameiro eram, respectivamente, Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta (futuro Marquês de Barbacena) e o conselheiro Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (Visconde de Itabaiana). Segundo Paulo Roberto de Almeida, ambos “tinham sido designados por José Bonifácio de Andrade, em setembro de 1822, como encarregados dos negócios estrangeiros do Brasil junto aos Reinos da Grã-Bretanha e França”. ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas, internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 181 (nota 12)

⁵⁷ ALMEIDA, op. cit, p. 181. Sobre os empréstimos, a dívida e os debates políticos cf. CARREIRA, op. cit., p. 119-132 e 165-17. Abreu, Marcelo de Paiva. “A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931”, *Estudos Econômicos*. IPE-USP, 15, 2, mai.-ago. 1985:167-189.

⁵⁸ BARMAN, op. cit, p. 41. Muito jovem, John Samuel recebeu a função de caixeiro em julho de 1826.

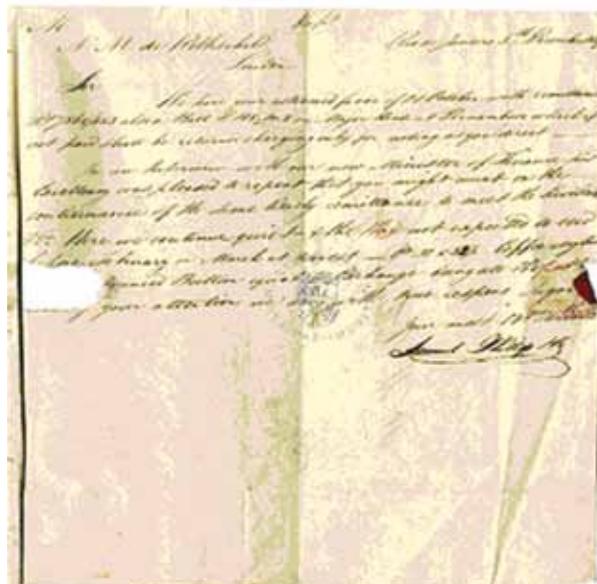
⁵⁹ Alviçareiro-Mór. *Diário do Rio de Janeiro*, 20/7/1826.

por conta do seguro, de huma porção de armamento todo avariado com agoa salgada, vinda de Londres no Bergantim *David Ricardo*, o qual será feito pelo Porteiro do Commercio Alexandre José Rodrigues, as condições serão declaradas no acto do leilão.⁶⁰

No final da década de 1820, embora os negócios com o Governo brasileiro estavam muito bons, em razão da normalidade com os vizinhos (vide carta abaixo), as relações entre a firma Samuel Phillips & Co e N. M. Rothschild começaram a “azedar”. As cartas começaram a ser bastante sucintas, sem maiores detalhes sobre os negócios.



Fonte: Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A. XI/38/215a/167002



Fonte: Rothschild Archive. XI/38215 Boxe A. XI/38/215a/187002

A tensão entre a Samuel Phillips & Co e N. M. Rothschild cresceu com as dificuldades do Estado Imperial em pagar os dividendos e juros dos empréstimos. Mesmo com o empréstimo de N. M. Rothschild em 1829, relacionado com os referidos pagamentos de juros e dividendos anteriores⁶¹, a crescente tensão política interna e externa, esta última relacionada com Portugal, preocupava a firma no Brasil. Numa carta de 11 de julho de 1829, a firma Samuel Phillips & Co destacava a importância da normalidade em Portugal e as expectativas para a grande safra de café e açúcar, importantes itens da exportação do Brasil (e para as contas externas do Império):

(...) We are very anxious for news of the conclusion of differences with Portugal & hope our new Empress (D. Maria II) will soon arrive, we are daily expecting large crop coffee and sugar, assuring you of our attention to your order will much respect...⁶²

A piora das relações entre a firma Samuel Phillips & Co com N. M. Rothschild possibilitou compreender a crescente relação e importância da firma Leuzinger & Co, como agente de Rothschild.⁶³ Com a abdicação de Dom Pedro I em 1831, a firma Samuel Phillips & Co se tornou procuradora dos interesses de ex-imperador no Brasil, conforme carta:

“D. Pedro de Alcantara, ex-Imperador do Brasil e a Imperatriz pelo vosso presente Alvará de Procuração contituímos nossos bastantes procuradores aos Srs. Samuel, Phillips & Co para assinarem as escrituras de doação...”⁶⁴

A aproximação da firma com Diogo Pereira de Vasconcelos, ministro da Fazenda em julho de 1831, e irmão do liberal moderado Bernardo Pereira de Vasconcelos, fez com que a Samuel & Phillips substituísse N. M. Rothschild como principal agente financeiro do Governo brasileiro em Londres.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Retornando às perguntas iniciais, e em face do momento da pesquisa, algumas questões referentes às transações comerciais transoceânicas envolvendo a firma Samuel Phillips, tais como a questão dos fretes e consignações das mercadorias importadas, estão em aberto. Embora transações envolvendo o envio de moedas de ouro (que também eram mercadorias, além de meios de pagamento) e letras de câmbio constituíram em práticas bastante comuns,⁶⁵ a História do Comércio, envolvendo a História da Marinha Mercantil (e de Guerra) e o Sistema Atlântico, ainda é um campo da História Econômica Brasileira que precisa ser ampliado.⁶⁶

No tocante à prática comercial Samuel & Phillips, depois Samuel Phillips & Co, esta constituiu-se numa *sociedade comercial familiar* que lembra outras firmas comerciais do período, no qual a *família* era fundamental.⁶⁷ Não é a minha intenção, neste momento, de definir antropológicamente o conceito de família, muito menos de discutir “cultura de negócios”. Porém, concordamos com a definição de Michel Bertrand, quando concebe a família “como un vasto sistema de relaciones constringido según una doble lógica de linaje e de parentesco se

⁶¹ CARREIRA, op. cit, p. 167-171

⁶² Rothschild Archive. XI/38215 Boxe B. XI/38/215b/034p.002

⁶³ BARMAN, op. cit, p. 42.

⁶⁴ Documento pertencente a Luiz Benyorsef, Diretor do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro.

⁶⁵ WEBER, Max. *A gênese do capitalismo moderno*. Organização e comentário de Jesse Souza. Tradução Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII. O jogo das trocas*. Tomo II. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

⁶⁶ Na Grã-Bretanha, EUA e Holanda, a História Econômica associada à História da Marinha é um campo bem desenvolvido, com uma extensa bibliografia. Um trabalho interessante envolvendo Bloqueio Naval e expansão econômica consiste em DAVIS, Lance E. and ENGERMAN, Stanley L.. *Naval blockades in peace and war: an economic history since 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁶⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *De negociante e contratador a Barão de Ubá: a trajetória de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1793-1830*. Texto inédito.

⁶⁰ Leilões, p. 11. *Diário do Rio de Janeiro*, 4/9/1826.

impone como un marco dentro de lo qual se desarrollan las relaciones sociales".⁶⁸

Entretanto, como também destaca o próprio Bertrand, se a família não se constitui no único instrumento operativo de uma determinada sociedade, o que possibilita a estruturação social? Para o autor é a *rede de sociabilidade*, onde indivíduos e grupos sociais se interagem, possibilitando identificar uma estrutura relacional.⁶⁹

No caso específico da firma Samuel Phillips & Co, a etnicidade judaica Ashkenazi é o que *estrutura a família e os negócios*. Os casamentos entre as famílias judaicas inglesas, no caso entre as famílias Samuel e Phillips, como também dos Samuel com Cohen, fortaleceu a firma dos irmãos perante outras famílias, como foi o caso da Rothschild (Nathan Rothschild casou com a filha de

Berent Cohen, e foi ajudado por este). Neste sentido, concordamos com Frederick Barth, quando destaca que "os grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; consequentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas com toda divergência que possa existir".⁷⁰

A autoafirmação em ser judeu fortaleceu a firma comercial e seus negócios, mesmo atuando num mercado hegemonicamente católico e socialmente escravista, como era o Império luso-brasileiro, depois, o Império do Brasil. Com toda crítica à usura, aos juros cobrados, a firma comercial Samuel Phillips & Co era reconhecida na praça mercantil do Rio de Janeiro e de Londres, como uma firma financeira. Foi no setor financeiro, mais do que na venda de *commodities*, que ela se destacou.

⁶⁸ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, n. 2, vol. 61, a Abril-Junio de 1999, p. 118.

⁶⁹ Idem, p. 124.

⁷⁰ BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 27.